

A BIBLIOTECA COMO FONTE: PAPÉIS DO IMAGINÁRIO E NOTAS SOBRE A MEMÓRIA DE BIBLIOTECAS NACIONAIS E PÚBLICAS¹

Irineu E. Jones Corrêa

RESUMO: Apresentaremos algumas notas sobre a formação de uma tradição que valorizou a acumulação de livros e reconheceu isso como um símbolo de poder político. As anotações buscarão marcar alguns paralelos e convergências entre os acontecimentos em Portugal e nos demais países europeus. O texto pretende recuperar como memória textos de historiadores, cronistas, escritores de cartas e notários.

PALAVRAS-CHAVE: Biblioteca; Cultura; Memória; Poder simbólico.

ABSTRACT: *Here are some notes about the formation of a tradition that valued the accumulation of books and recognized it as a symbol of political power. The notes will mark some parallels and convergences between the events in Portugal and in other European countries. The text intends to retrieve as memory texts by historians, writers, writers of letters and notaries.*

KEYWORDS: *Library; Culture; Memory; Symbolic Power.*

DA BIBLIOTECA NACIONAL COMO FONTE DE MEMÓRIA

Bibliotecas nacionais ocidentais são espaços privilegiados para pesquisas de fontes. Afinal, elas estão identificadas e reconhecidas como fiéis depositárias da memória cultural das nacionalidades às quais pertence, embora não seja fato raro que esse papel ultrapasse fronteiras nacionais, tanto por circunstâncias do passado como em razão de projetos contemporâneos. A Biblioteca Nacional brasileira/FBN tem esse papel de depositório de documentos e guardião da memória, definido por diploma legal (DECRETO, 08/06/2012). Compromisso definido legalmente que se realiza na prática de pesquisadores como Lygia Cunha, inventariando e contextualizando a integração de coleções ao acervo da FBN, de Rafael Cardoso, sobre os destaques da história gráfica brasileira, desde o acervo da instituição e o de Maria Inês Turazzi, sobre o catálogo da exposição de história do país, ocorrida em 1881, para citar alguns trabalhos recentes. Trabalhos que renovam uma prática da

¹ Este texto foi produzido no âmbito de um debate sobre a iconografia referente à Biblioteca Nacional, levado a efeito em uma série de encontros entre pesquisadores e especialistas em Arquitetura, Artes, Ciência da Informação, História, Letras e Museologia, da instituição. As reuniões aconteceram na sala do acervo iconográfico da FBN, durante os anos de 2010 e 2011.

qual se poderia situar como marca inicial no inventário em que Diogo Barbosa Machado listou os títulos e analisou a composição da biblioteca lusitana, desde quando a corte portuguesa começou a juntar livros até aquele momento em que escrevia, no século XVIII.

O que se fará a seguir é oferecer algumas notas sobre a formação dessa tradição, que valorizou a acumulação de livros e reconheceu isso como um símbolo de poder político, uma articulação que se refere ao contexto em que essas coleções se integraram sob uma mesma concepção de acumulação de livros, formando o que hoje é essa grande biblioteca do mundo lusófono. Serão marcados alguns paralelos e convergências entre os acontecimentos em Portugal e nos demais países europeus, aspecto que parece ser esquecido, talvez na esteira do esquecimento que se fez da importância do pequeno país ibérico nos séculos XIV, XV e XVI, quando, nos séculos seguintes, outras nações se tornaram hegemônicas no Ocidente. O texto pretende recuperar como memória textos de historiadores, cronistas, escritores de cartas e notários.

DA ALVENARIA E DO PAPEL

O edifício da Biblioteca Nacional é um monumento. São cinco andares, nos quais se misturam características arquitetônicas *art-nouveau* com neoclássicas. Existiriam ainda influências da formação de seu projetista, o engenheiro-militar Souza Aguiar. O resultado é uma construção caracterizada por um ecletismo finissecular. O interior do prédio é decorado com pinturas murais e estatuária com temáticas referidas às culturas erudita e clássica e aos ideais utópicos da humanidade. Uma coleção de esculturas homenageia seus construtores e personalidades da cultura brasileira. Sua inauguração aconteceu em outubro de 1910. Situada na avenida mais importante da cidade, constituída, hoje, quase que exclusivamente por arranha-céus, a FBN ocupa, sozinha, um quarteirão inteiro. Integra um conjunto de cinco ou seis prédios afrancesados, localizados nos quarteirões contíguos, formando um quadrilátero único, remanescente da arquitetura original da avenida, projetada no início do século XX, com a pretensão de oferecer à capital da república um modelo moderno de urbanização, artéria central de um empreendimento destinado a realizar uma ruptura radical com o passado, via apagamento de marcas urbanas coloniais e imperiais da área central da cidade. Avenida e edifícios que se compuseram como tentativa de constituir abaixo da linha do Equador uma Paris tropical, projeto de integração ao que seria o mundo civilizado europeu.



*Edifício da Biblioteca Nacional. Fase final da construção. Operários trabalhando na calçada.
Restos do morro do Castelo, na parte de trás do edifício.
Fotografia de Luiz Musso. Original no acervo FBN-Brasil.*

Estabelecida no edifício atual há cem anos e há duzentos na cidade, a Biblioteca Nacional é também um monumento de papel, expressão cuja polifonia foi registrada no título da exposição realizada em comemoração à chegada da família real portuguesa no Brasil (D. JOÃO VI E A BIBLIOTECA NACIONAL, 2008). São milhões de documentos, compondo um acervo que vai da carta ao pelo público, do escrito ao desenho, do incunábulo ao livro, do papel manuscrito à imagem digital do texto, acervo acumulado através dos mais variados processos e diferentes artimanhas. Um conjunto em constante crescimento, a ser conservado permanentemente, num clima tropical, por si só gerador de importantes desafios tecnológicos para sua guarda e conservação. Ao mesmo tempo, sua existência transcende a essa evidente materialidade, como registram o cronista, o romancista, o bibliófilo e o pesquisador.

A memória da instituição pode ser considerada por diferentes perspectivas, desde aquelas nas quais fica exposto o heroísmo da empreitada que foi tirar a livraria da corte de Lisboa, no momento mesmo em que Portugal era ocupado por tropas francesas, até outras em que são revelados aspectos quase burlescos daquela mudança. Todavia, qualquer que seja o ponto de vista adotado para recuperar as vicissitudes da arriscada transferência, o fato da permanência da livraria em terras brasileiras, após o retorno da corte à Europa, se impõe e instiga questionamentos: por que a sua permanência foi uma prioridade para a nação que se constituía – gastar dinheiro numa biblioteca, num momento em que os recursos financeiros disponíveis eram relativamente escassos? E, questão precedente, a própria existên-

cia de uma livraria do porte e valor daquela que veio encaixotada para o Brasil é um acontecimento notável, tendo em vista que se trata de uma coleção constituída em apenas cinquenta anos, para substituir aquela destruída por incêndios que se seguiram ao terremoto que destruíra Lisboa em 1755 – o que faz a reconstituição de uma biblioteca ser prioridade diante das demandas geradas pela tarefa de reconstruir a capital do império, certamente enormes, império que, por sua vez, passava por tensões políticas importantes e vivia um quadro econômico complexo e difícil? Essa permanência do interesse por acumular livros, mesmo em momentos de problemas sociais e materiais, interesse reafirmado em um Portugal pós-terremoto e em um Brasil pós-independência, faz suspeitar a existência de uma lógica transcendente às situações imediatas e emergentes.

A experiência de elaborar essas questões passa por estabelecer relações entre elas e uma tradição ocidental de colecionar papéis escritos, desenhados, manuscritos e impressos. Tradição que vem sendo estudada e descrita por importantes pesquisadores da Cultura e da qual um livro publicado no ano zero do século XXI pode ser considerado modelar, por incorporar conceitos atuais de estudos de memória e de historiografia. Tradição igualmente passível de ser descrita na sociedade portuguesa desde os séculos XV e XVI, enquanto bem arraigada prática do exercício do poder e da utilização da riqueza, pelas sociedades cortesãs, de acordo com o conceito de civilização proposto por Norbert Elias (ELIAS, 1993, p. 215 e ss). Práticas no sentido definido por Roger Chartier, ele mesmo leitor de Elias (CHARTIER, 1990).

Intervém na existência das bibliotecas o fascínio humano pelo registro de seus atos e de seus pensamentos e a preocupação com a conservação desses registros. Esses cuidados implicaram na criação de suportes capazes de resistir ao tempo e aos deslocamentos. Associados a invólucros dos mais variados, o papiro, o velino e o papel, entre tantos materiais, sucederam-se nessa função. A importância desses elementos que, numa perspectiva inicial, teriam apenas a função de garantir a integridade do texto, foi se avolumando de tal forma que acabou por concorrer em valor com o texto que encerrava. Foi o tempo das encadernações luxuosas e das páginas iluminadas dos livros de horas, dos missais, das bíblias, das obras de letras e de belas-letras. Uma situação que não mudaria com o aparecimento da imprensa, muito menos com a popularização do impresso. Ao contrário, um bom trabalho de artes gráficas para capa e miolo, agrega valor à publicação, sendo decisivo na determinação do valor da obra (BOURDIEU, 1992 e MARTINS, 1996). As tiragens especiais e as edições de luxo, em papéis incomuns e capas duras atravessaram os séculos e permanecem como alternativa não abandonada pelos editores, até os dias de hoje, tempo da era digital. E esses objetos precisariam ser guardados.

Bibliotecas têm origens próximas às dos museus, com as primeiras guardando coleções de objetos os mais variados, de cabelo ao pente, da pena à pá de pedreiro, coleções iconográficas, esculturas, moedas e medalhas e, hoje, a questão do registro digital e conservação se apresenta como um debate fundamental. Entretanto, são os papéis e documentos escritos de todos os tipos que as bibliotecas conservam prioritariamente, são eles que oferecem o sentido ao nome que designa esse tipo de instituição – *bibliom* significando papel de escrever.

LIVRARIAS E BIBLIOTECAS EUROPEIAS

A memória sobre bibliotecas costuma situar nos séculos XIV e XV o tempo da gênese de grandes bibliotecas europeias, ou seja, estariam ali o registro de práticas e de acontecimentos que, passados tantos séculos, permitiriam reconhecer as bases da tradição de colecionar livros (BARATIN & JACOB, 2000). Temporalidade que não é considerada aqui como um registro circunscrito a uma datação ou a um modelo estético, deslocados do contexto. Os séculos das glórias culturais e humanistas, conforme Buckhart e Michelet, são simultaneamente o tempo de guerras violentíssimas, diásporas, massacres e invasões em meio aos quais os europeus dão uma organização para a Europa e alargam o mundo, moldando parte importante dele com princípios, valores e padrões de pensamento e conduta. E, de todas as regiões do globo terrestre em que a presença europeia se impôs, aquela que mais profundamente seria alterada é o largo trecho de terra chamado por eles de Novo Mundo, onde está o espaço que foi constituído sob o nome Brasil. Este último um empreendimento territorial e social realizado e capitaneado pelo pequeno reino de Portugal, cuja importância central naqueles séculos é, não poucas vezes, esquecida pela historiografia de inflexão francesa, inglesa e italiana.

Aquele longo momento foi o tempo de grandes variações e mudanças no sentido e nas práticas da acumulação de livros e dos modos de utilizá-los. Nos limites da Idade Média para o Renascimento, o acesso às coleções estaria restrito ao patrocinador da montagem da livraria e seus pares e diletos. Em 1344, Richard de Bury, bispo e chanceler inglês, registra o que seria uma primeira manifestação exclusiva de paixão pelos livros (BURY, 2004). Escrevendo do lugar de um homem em condições de acumular sua própria livraria, ele se preocupa com a ideia de permitir o acesso aos livros a indivíduos despreparados e desprovidos de amor pelos livros. Ao fazê-lo, deixa antever uma tensão fundamental que a existência de livrarias particulares do século XVIII faria acontecer. Nelas circulariam dois ideários antagônicos. Um deles constituído por valores do poder despótico e abso-

luto, no qual a acumulação combinaria com reserva de riqueza e poder, valores dos poderosos proprietários das bibliotecas, homens como Richelieu e Mazzarino. E outro formado nas idealizações humanistas, em que acumulação se comporia com transmissão do saber dos livros, valores do seu bibliotecário, Gabriel Naudé (DAMIEN, 1995, p. 213-221). Um dilema que se tornaria cada vez mais agudo, até que se resolvesse nos séculos seguintes, com os acontecimentos políticos que iniciariam transformações dos sistemas de governo de parte das nações ocidentais até que chegassem àqueles reconhecidos, nos dias de hoje, como regimes democráticos e que transformariam também as livrarias e bibliotecas reais em bibliotecas nacionais e públicas.

LIVRARIAS E BIBLIOTECAS PORTUGUESAS

Ainda no tempo em que a *Terra Brasilis* era um mapa impreciso e um território por ser dominado, a posse de livros seria uma prática civilizatória na Europa, compondo ritos de poder e distinção entre os poderosos senhores das cortes seculares e das comunidades religiosas. Na cidade italiana renascentista, haveria uma centralidade da biblioteca na vida cortesã, lugar de embates por posição e precedência social, numa simetria entre o mundo cortesão e o humanismo daquele momento. A fama da livraria da corte de Ferrara, em meados do século XV, mantinha-se tanto pela beleza e qualidade das obras que continha, quanto pela obediência estrita aos rituais de relacionamento que envolviam o objeto livro, a nobreza e seus pares e eles e os demais indivíduos, incluindo os autores de obras. Cada um em seu tempo e lugar, as cortes de Ferrara, de França, do papa e homens poderosos como Mazzarino ou Richelieu montaram suas bibliotecas (GRAFTON, 2000, p. 169-181). “As monarquias se apresentavam a partir de suas livrarias, como se a cultura projetada nesses acervos projetasse a própria cultura de seus possuidores” – o que a síntese de Schwartz dirige à corte portuguesa, aplica-se ao mundo europeu (SCHWARTZ, 2002, p. 71).

Combinação que não seria surpreendente. Naqueles mesmos séculos, Portugal, pequeno reino localizado no extremo atlântico da Península Ibérica, transformar-se-ia na ponta de lança para a conquista do mundo pelos europeus, empreendimento aventureiro, comercial, político e cultural (CHANDEIGNE, 1992). E a composição de suas livrarias e bibliotecas integraria aquelas glórias e aventuras. Elas seriam formadas e transformadas nos moldes do que acontecia no resto da Europa, de um modo constante, convergindo na constituição de uma tradição, na qual a acumulação de livros e documentos rimaria com poder e glória de seus donos, de seus pares, dos sábios.

A historiografia portuguesa abre espaço para uma controvérsia em suas referências sobre a origem das práticas de acumulação de documentos escritos das belas-lettras e da memória. Crônicas registram uma livraria na corte de d. Dinis, rei entre 1279 e 1325, projetando naqueles cinquenta anos, justamente na transição medievo-renascença, a inauguração do interesse dos príncipes do país por esse tipo de acumulação. Seria uma coleção formada por livros de cantigas, de trovas e de histórias dos portugueses, entre eles uma *Estoria geral da Hespanha*, de novelas de cavalaria, como *Tristão e Isolda* e *Amadis de Gaula*, uma *História de Troia* e um *Aristóteles* (IRIA, 1993, p. 77-114). Obras constituintes de identidade e valores nacionais lusitanos emergentes no contexto das lutas e vitórias contra os mouros, obras constituintes de identidade e valores significantes de um europeísmo unificado, sucedendo a muitos séculos de pulverização da unidade romana. Afonso V, reinando entre 1438 e 1477, seria o primeiro governante português a reunir livraria em palácio, em Évora. Livraria e documentação do reino, ambas guardadas em um mesmo lugar, o palácio, organizadas por um mesmo cortesão, Gomes Eanes de Azurara, apontado na pesquisa de Silvestre Ribeiro como signifiante de bibliotecário prototípico, facilitador do acesso à coleção pelos homens de estudos (RIBEIRO, 1914). Prática que não seria usual em outras cortes europeias, segundo o francês Alexandre-Marie Sané, tradutor de Filinto Elísio (SANÉ, 1808).

Há, entretanto, uma marcação temporal mais remota. O papel fundador daquele rei seria deslocado para um segundo plano, pois Duarte I, seu pai, governando de 1433 a 1438, já teria reunido “copiosa e escolhida Livraria em seu paço” (IRIA, 1993, p. 77-114). Essa hipótese recua os primórdios da formação da livraria real para o capítulo inicial da dinastia de Avis.

Ao fazer circular informações sobre coleções de livros e papéis formadas e mantidas para a glória dos príncipes portugueses e oferecer notícias sobre os primeiros movimentos de abertura dessas mesmas livrarias para os eruditos, a historiografia de lavra portuguesa permite propor uma convergência com o que é descrito em relação às cortes e nobreza das cidades italianas renascentistas. Uma convergência possível, tendo em vista tanto a integração de Portugal aos modelos de poder e de valores europeus de modo geral, quanto aos específicos interesses recíprocos que existiam entre os poderosos das penínsulas ibérica e italiana. Na conjuntura da disputa pelo comércio com o Oriente, nos séculos XV e XVI, na qual Portugal levava a efeito a abertura de rotas pelas costas africanas, alternativa às viagens via Palestina, rotas dominadas pelas cidades-estados italianas, mapas e informações de estratégias de viagens, valores, visões de mundo e rituais de uns interessavam profundamente aos outros e vice-versa.

Quando Manuel I, reinando entre 1495 e 1521, faz do oferecimento de livros ato de distinção cortesã, ele o faz completamente inserido nos rituais de relacionamento que envolviam o livro, a nobreza e os demais indivíduos de sua época, tal qual aqueles descritos por Grafton nos ducados italianos (GRAFTON, 2000, p. 169-181). Um dos diversos rituais que integrariam a tradição portuguesa no momento mesmo de sua constituição.

Durante o longo reinado de João V, de 1707 até 1750, formou-se uma biblioteca das mais preciosas para o mundo católico, num projeto que envolveria emissários especializados e o corpo diplomático espalhado pela Europa. Entre os milhares de volumes reunidos, Barbosa Machado lista uma *Bíblia* de Mogúncia, um exemplar de *Cidade de Deus*, de S. Agostinho, obras de Lactâncio Firminiano; um *Catholicon*, escrito em 1460, pelo dominicano João de Gênova e uma coleção de cópias dos diários dos pontífices romanos desde Martinho V até Benedito IV (MACHADO, 1741-1759). Um acervo que não seria franqueado ao público de eruditos do reino e do estrangeiro apenas por falta de acomodações adequadas para os leitores, anota Ferreira (FERREIRA, 1940, vol. 7, t. 2, p. 592). Ainda no reinado de João V, seria criado um observatório astronômico e seriam incrementados estudos cartográficos, com uma produção de cartas geográficas do Brasil, por geógrafos religiosos italianos. O aparelhamento da livraria seria complementado com a compra, a expensas do rei, de equipamentos de impressão que serviriam aos “trabalhos projetados pela Academia de História” (FERREIRA, 1958, p. 187-208). O vínculo que a ordem real sinaliza aproxima a Biblioteca de uma outra instituição científica, mesmo que uma instituição ainda palaciana, como ela própria. A declaração que denuncia limites materiais para o manifesto interesse no franqueamento da livraria real aos eruditos do reino sinaliza a assunção pelo grupo mais próximo do rei de um problema que terá desdobramentos ainda no final do século XVIII.

A segunda metade do século assiste a acontecimentos radicais. Entram em vigência reformas administrativas e políticas comandadas pelo marquês de Pombal, reformas que sofrerão retrocesso, com a morte do rei que as patrocinara e a consequente queda de seu operador, no compasso do que se chamou a Viradeira – a maré virou, com o retorno dos antigos nomes e privilégios. No meio disso, acontecem terremoto, tsunami e incêndios destruidores. Depois disso, há uma transferência da rainha, do regente e da sua corte para o Brasil com a instalação da capital do reino na antiga colônia do outro lado do Atlântico. Nenhum dos acontecimentos naturais ou políticos, entretanto, impediu uma continuidade no projeto de modernização do reino, pelo menos no que se refere à criação de instituições científicas e à preocupação com a formação de quadros para administração dos negócios do reino. No período foram criadas, com maior ou menos sucesso,

instituições como o Colégio dos Nobres, a Academia de Ciências de Lisboa e a Tipografia do Arco do Cego, o Seminário de Olinda (LYRA, 1994). Momento em que duas novas bibliotecas reais foram criadas.

BIBLIOTECAS NOVAS E VELHAS

A destruição de Lisboa em 1755 marca a memória do reino português e, de um modo muito particular, a da livraria real. A perda total dos livros da biblioteca, coleção acumulada por séculos, localizada no palácio da Ribeira naquele momento, poderia oferecer um sentido de ruptura à prática de acumulação de livros por parte do rei – mas tal ruptura não aconteceria. Antes da destruição haveria uma livraria, gestada e constituída paulatinamente, através dos séculos em que Portugal construiu sua glória e sofreu seus reveses. O que faria que a construção de uma nova biblioteca real fosse colocada entre as prioridades de um projeto administrativo como o pombalino, de características iluministas, no que elas significariam de mudanças na estrutura econômica e social do país, colônias inclusive, justo num momento em que as necessidades materiais eram imensas? Um primeiro aspecto a ser considerado é o peculiar ideário e *modus operandi* do modelo de iluminismo vigente no contexto luso-brasileiro: um reformismo ilustrado, no qual mudanças deveriam acontecer, diluindo tensões entre nobreza e burguesia, mas isso sem que o poder do rei fosse colocado em questão. Antes mesmo de Pombal, o sistema político português já trabalhava com um conceito de reforma, em termos próprios, como propõe o texto de Maria de Lourdes Lyra. Naquela situação crítica, as figuras do rei e das instituições que reforçavam seu papel simbólico equivaleriam em importância àquelas que ligavam sua imagem às soluções para os problemas materiais. Nesse sentido, convergiria para reforço dessa importância a ancoragem da livraria real portuguesa em um passado de glória, memória fundamental para o processo de superação da tragédia.

Anos depois, na vigência do reinado de Maria I, frequentemente visto como de retrocesso político-administrativo, e sob os ecos aterradorizantes dos acontecimentos revolucionários de Paris, a rainha cria uma segunda biblioteca em Lisboa, em 1796 – biblioteca real e pública. Seria uma instituição destinada a prover os estudiosos de um espaço próprio e autônomo para seus estudos (FERREIRA, 1940, p. 592 e 599; RIBEIRO, 1914, p. 21). Supera-se o dilema de Naudé e as angústias de Bury. Resolve-se um problema apontado ainda no reinado de João V. Seria a biblioteca que permaneceria em Lisboa, quando da transferência da capital do império para o lado ocidental do Atlântico, trazendo a biblioteca do rei, que jamais retornou a Portugal.

A montagem cuidadosa da biblioteca pública portuguesa, consoante com a tradição portuguesa, é acompanhada pela pesquisa de José Silvestre Ribeiro. No ano de 1774, já havia a preocupação em estabelecer na biblioteca da Mesa Censória um acervo mais completo do que aquele que lhe coubera dos acervos iniciais das livrarias dos conventos e das casas da Companhia de Jesus e daqueles que chegavam por meio do exercício de sua tarefa principal, o controle dos livros: um aviso do marquês de Pombal, datado de 2 de dezembro, orienta frei Manuel do Cenáculo a vender os livros duplicados, com a finalidade de usar o apurado na aquisição de outros que nela faltassem. Em 2 de outubro do ano seguinte, um decreto real dispõe sobre o uso de um edifício para a livraria e indica o aumento do acervo para sessenta mil volumes, referindo-se explicitamente a seu futuro como biblioteca pública, aberta a todos (RIBEIRO, 1914, p. 37). Em 1795, há o cuidado em explicar que os livros proibidos que chegassem à biblioteca seriam de acesso restrito, disponibilizados apenas aos doutos, pios e prudentes, “que necessitem de consultá-los, e para isso tenham as devidas licenças e faculdades” (RIBEIRO, 1914, p. 126). Os livros não podiam ser simplesmente destruídos, mas deviam ser muito bem guardados, afinal o combate ao diabo, preocupação da Inquisição, e o combate aos abomináveis princípios franceses de liberdade, igualdade e fraternidade, foco da censura ideológica, exigiam que os procuradores da Igreja e do rei conhecessem os argumentos do inimigo, lógica que acompanha aquela do decreto papal que instituiu o *Index Librorum Prohibitorum*.

O decreto real de 1796 de criação da Real Biblioteca Pública da Corte aponta como sua destinação, “o bem das Letras”, de seu uso, “o benefício contínuo de meus vassallos”, de seus fundos originais, “a numerosa coleção de livros... debaixo da inspeção, e administração da extinta Real Mesa da Comissão Geral para Exame, e Censura dos Livros” e das rendas para manutenção e aumento dos acervos (RIBEIRO, 1914, p. 124). O preâmbulo do decreto inscreveria a biblioteca como instituição central para o Estado português. A ela caberia promover “os progressos da Literatura Portuguesa” e servir de “tesouro de todas as Artes e Ciências”, provendo conhecimento e meios para conduzir os homens a uma “virtuosa sabedoria, que constitui a felicidade e tranquilidade pública dos Estados e é inseparável da Piedade da Religião” (RIBEIRO, 1914, p. 127). Distinguem-se biblioteca do rei e biblioteca pública. Uma composta e destinada à sua glória e seu prazer pessoal, franqueada a seus favoritos, dependendo de sua vontade. Outra concebida como espaço destinado ao fortalecimento da sociedade portuguesa, continente do conhecimento geral e amplo, franqueado a todos.

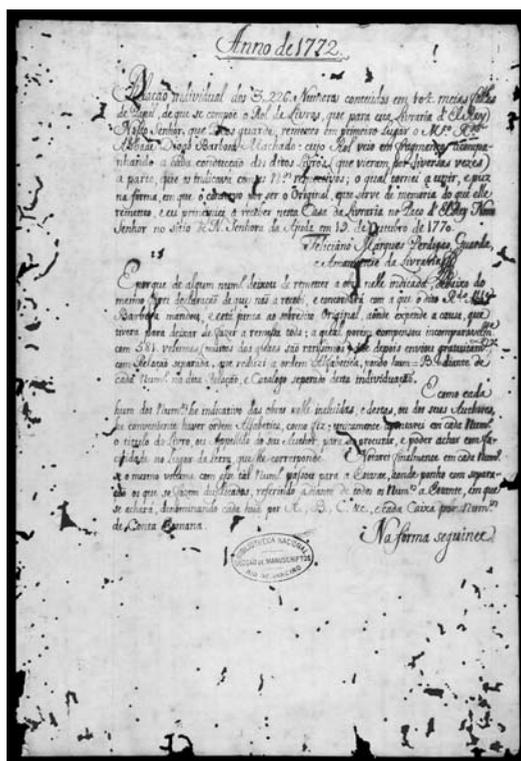
O trabalho de Manuela Domingos sobre a criação da Biblioteca Real e Pública recupera o protagonismo do nome do frei Manuel do Cenáculo nos acontecimen-

tos (DOMINGOS, 2006, p. 23-45). Todavia, longe de ser um trabalho encomiástico de alcance limitado, a leitura e as anotações que a pesquisadora faz dos diários e cartas do religioso procuram estabelecer suas ideias e sua inserção no processo, acabando por indiciar as marchas e contramarchas das decisões, contribuindo para a desmistificação do processo político e das negociações em torno da criação da instituição, deixando antever que seu encadeamento jamais fora fluido ou lógico, de resultado definido *a priori* – mostra exemplarmente um hiato temporal entre a proposição de Cenáculo para a criação da biblioteca e a resposta da autoridade à sua proposição (DOMINGOS, 1992, p. 140). A formação de uma tradição de relação entre poder e livros no mundo português, na qual se insere a criação da biblioteca lisboeta, que é nossa hipótese, constitui-se nela mesma, no embate entre as forças políticas e ao longo do tempo.

No universo lusófono, colecionar livros não era interesse restrito ao soberano. A pesquisa de Ribeiro anota que no século XVI, Teodósio I, duque de Bragança, organizou uma coleção de livros rica em manuscritos e instrumentos matemáticos. Cuidando para que seu esforço e tesouro não fossem dispersos, deixaria em testamento cláusula impeditiva da dispersão de sua livraria, determinando que a quaisquer doações que se fizessem, deveriam ser comprados outros equivalentes (RIBEIRO, 1914, p. 60). Com o ato testamental, o nobre não estaria impedindo as práticas de relacionamento praticadas na corte, mas garantindo a permanência de sua biblioteca, preocupação e cuidado que adquirem alto valor simbólico, quando se considera que aquele nobre pertence à linhagem que ascenderá ao trono, no século seguinte. Maria Ana da Áustria, casada com d. João V, também estabeleceria uma cláusula de restrição à dispersão de sua coleção de livros doada aos carmelitas (SOUSA, 1741, p. 188-189). Entretanto, acumulação de papéis manuscritos e desenhados e livros não seria uma prática apenas dos cortesões de linhagem real. Após a perda da biblioteca do rei, em 1755, seriam as livrarias de cortesãos que formariam os primeiros fundos da nova biblioteca. A partir de 1756, aconteceriam pelo menos quatro compras importantes: a coleção de Nicolau Francisco Xavier da Silva, a da condessa de Redondo, a de José Freire Monterroio e a do cardeal Mota e seu irmão (FERREIRA, 1940, p. 596-597). Em 1783, a busca de novos fundos ainda não terminara, naquele ano seria comprada a livraria que integrava o espólio do cardeal da Cunha (CUNHA, 1980, p. 143-167).

Entre as aquisições que compuseram a nova biblioteca real, destaca-se a da livraria do abade Diogo Barbosa Machado. Usualmente reconhecida como a mais importante dentre todas pela qualidade ímpar do conjunto, o engendramento que resultou na transferência de posse do particular para o real se integra aos rituais cortesãos. Diferente das demais aquisições citadas acima, efetuadas por compra,

aquela foi uma doação, liberalidade demonstrativa de afeto ao rei por parte do religioso, que, no entanto, não ficou apenas na ordem da utopia, correspondendo à criação de uma pensão real vitalícia de seiscentos mil réis, em benefício do doador (RIBEIRO, 1914, p. 21). Um ato de vontade respeitado inclusive após a morte do religioso, em 1772, na medida em que a transferência se completa apenas em 1773. Todo um conjunto de procedimentos mantidos durante todo o processo, as costumeiras listas e mensagens registrando as remessas, acrescidas da presença de *ex-libris* com as armas de Barbosa Machado em cada obra, permitiria a conservação da identidade e unidade da coleção.



Lista de livros doados por Diogo Barboza Machado. Página 1.

Original completo no acervo da FBN-Brasil.

Documento preparado por Feliciano Marques Perdigão Guarda, amanuense da Livraria Real.

Os detalhes que envolvem e decorrem do ato do abade se identificam com as práticas de acumulação de livros e sua circulação entre cortesãos como ritual de glória e distinção, entretanto, o registro da benemerência recebida pelo abade capta um detalhe da complexidade que envolveria tais práticas e rituais, vincu-

lando seu significado simbólico a um benefício material imediato, um dos aspectos mais importantes das regulações que envolvem tais práticas, mas que não descarta o caráter civilizado da decisão (ELIAS, 2001). Nessas escolhas e decisões tão passíveis de serem circunscritas a atitudes definidas pessoalmente fica a impressão de um *habitus*, naquilo que ele tem de inconsciente (BOURDIEU, 1990, p. 59-73 e 75 a 106).

São essas as coleções que formariam o acervo que atravessa o Atlântico em direção ao Rio de Janeiro, o substrato material de uma tradição com força suficiente para permanecer, mesmo contraposta a terremotos, incêndios, invasões e longas travessias marítimas.

A CIDADE E A CORTE, O HOSPITAL E A LIVRARIA

É na perspectiva da tradição de acumular livros, enquanto processo simbólico, de reafirmação do poder real, que se dá a transferência da Real Biblioteca de Lisboa para o Rio de Janeiro. Desde a desmontagem e o encaixotamento na antiga capital, a viagem através do oceano até o desencaixotamento e a remontagem na nova capital, a operação adquire sentido convergente com o poder que as bibliotecas teriam no mundo ocidental, realizando-se em mais esse ato a bem sucedida circulação do ideário europeu pelo mundo e, mais uma vez, pelas nave portuguesas. A proteção inglesa, nesse caso, ocuparia o lugar de mais um acessório do caráter europeu do movimento.

A biblioteca não iria para uma cidade qualquer, ela acompanha a alteração do centro do império português, do espaço territorial em que fora fundado para o espaço, até então, colonial – e lembramos aqui o que colonial significa de violência e espoliação. Empreendimento radical, primeira e única mudança de um império europeu fora daquele continente e, importantíssimo assinalar, empreendimento bem sucedido. Transferência colocada como alternativa, no âmbito da diplomacia portuguesa nacionalista, desde quando a dinastia espanhola dos Habsburgo dominara o país, no século XVI. Alternativa colocada no seu início, em 1580, quando o Prior do Crato é aconselhado a viajar para o Brasil e, dali, fundar um grande império, e novamente apresentada sessenta anos depois, na guerra da restauração, quando o duque de Bragança, futuro d. João IV, ofereceria a regência de Portugal ao príncipe de Orleães e se retiraria para o Brasil, onde fundaria um novo reino português, o Quinto Império, na retórica do padre Antônio Vieira (VIEIRA, 2005). No século XVIII, por razões diversas, João V e, depois, José I foram aconselhados a realizar a transferência que, finalmente, seria realizada diante da iminência da

perda de autonomia política por força da ameaça napoleônica. Uma alternativa, portanto, longamente gestada e tornada viável ou, pelo menos facilitada, por circunstâncias do próprio sistema colonial português, sob a perspectiva da manutenção da unidade do império pela via da unidade ideológica, que ofereceria a mesma formação para seus quadros, independentemente de qual lado do oceano nascera. A formação em universidades como Coimbra, Montpellier, Edimburgo e Paris integraria coloniais e reinóis no sistema administrativo imperial (DIAS, 2009). Seria esse o caso de homens como Cláudio Manoel da Costa e José Bonifácio de Andrade, circulando em suas atividades de magistratura e administração entre Portugal e colônias americana e africana, dependendo das circunstâncias.

Se não foi para um lugar qualquer, a livraria também não viajou despreparada e a viagem que fez, se bem que arriscada, foi feita sob as velas de quem melhor conhecia o caminho e melhor estavam preparados para a viagem, os portugueses. Eram eles os frequentadores da rota desde o século XV, conhecendo todas as dificuldades e problemas. Joaquim dos Santos Marrocos, guardião da segunda carga de livros embarcadas, reporta a precariedade da embarcação e a tensão da travessia, demonstrando arrependimento em ter embarcado os livros, mas vai informando, nas cartas ao pai, a chegada incólume das várias remessas de livros, até que, em 7 de janeiro de 1813, daria conta de que “abriram-se os últimos 67 caixões de livros, que ainda existiam fechados”, com todos os livros bem acondicionados (MARROCOS, 1939, p. 29-30 e p. 123, em sequência). Ou seja, no quinto ano desde quando a mudança começara, o material estaria preservado, aos olhos do funcionário. E não seriam olhos quaisquer. Sua visão era a de um homem educado e letrado, a segunda geração de uma família acostumada no trato com livros, na perspectiva das livrarias e bibliotecas do Estado: o pai de Joaquim era professor de filosofia racional e moral e funcionário da biblioteca da Ajuda, permanecendo no emprego, quando da transferência da família real (GARCIA, 1934, p. 5-25). Olhos que, ademais, pertenciam a um português que vinha para a antiga colônia com uma má vontade que fez questão de registrar.

Marrocos não seria a única fonte de registro das preocupações e cuidados com a preparação dos livros para a longa viagem transatlântica. Duas cartas, ambas assinadas por Alexandre Antônio das Neves, bibliotecário da Ajuda, dão detalhes da saída de papéis da livraria real. A primeira fala dos cuidados para “encaixotar tudo ocultamente”, sem chamar a atenção e assustar os lisboetas. A segunda carta, datada de 13 de outubro de 1808, deixa o leitor saber que os caixotes com a livraria não viajaram junto com a corte e dá notícia do não atendimento a uma determinação de se queimarem documentos para não caírem em mãos francesas. Avisa, todavia, que os invasores nada haviam saqueado nas bibliotecas reais. Por fim,

pede permissão para enviar toda a documentação remanescente na biblioteca do palácio da Ajuda para o Rio de Janeiro (apud FERREIRA, 1940, p. 600-601). Expediente interno, de 1809, responde ao bibliotecário, autorizando a transferência e encarregando Antônio Ribeiro dos Santos, bibliotecário principal, de fazer encaixotar as preciosidades da casa, com os devidos registros e relações, que, aprontados, deveriam ser entregues ao Secretário de Governo, para embarque imediato dos caixotes (apud RIBEIRO, 1914, p. 131).

Embora pertencentes ao mesmo contexto, o ritmo da chegada da livraria à cidade contrastaria com o da chegada das pessoas. Estas chegam praticamente juntas, num espaço de tempo curto, criando imediatamente demandas para acomodação de uma corte inteira, incluindo família real, todo o aparato cortesão e aparelho administrativo, desde lacaios e funcionários, até nobres, militares, ministros e magistrados. Situação que deixaria uma memória contraditória. Teria um início desastroso e tenso, com a obrigatoriedade da cessão de residências particulares e construções públicas para as pessoas e necessidades da corte e terminaria com um período de crescimento, urbanização e embelezamento da cidade, com a solução de problemas de abastecimento de água e de abertura de ruas e estradas (WILCKEN, 2004 e MALERBA, 2000). Bem diferente é a chegada da livraria, que vem em etapas paulatinamente, no espaço de quatro anos. O cadenciamento dessa chegada não a isenta de estranhamentos aos olhos de quem toma conhecimento da forma como se deu e o destino que tomou: os livros, mais as coleções especiais, mais o gabinete dos instrumentos de física e matemática foram acomodados num hospital, mais precisamente no terceiro andar do hospital da Ordem Terceira do Monte do Carmo, em 1810, localizado ao lado do Paço Imperial. Livros num hospital é um estranhamento que se elucida no percurso dos acontecimentos, conforme traçado por Lygia Cunha (CUNHA, 1981, p. 123-145). A escolha, longe de ser aleatória ou banal, seria pautada pelo propósito de colocar documentos e instrumentos próximos ao palácio real, sinalizando, mais uma vez, vigência de uma tradição que aproxima livros e corte. Tanto que, ainda em 1810, o conjunto do antigo hospital seria ocupado definitivamente pelos livros, reformado e adequado para esse uso específico como biblioteca, com os doentes transferidos e os despojos transladados. O decreto de 29 de outubro de 1810, assinado pelo príncipe regente, define claramente seus propósitos:

E constando-me pelas últimas averiguações a que mandei proceder, que o dito edifício não tem toda a luz necessária, nem oferece os cômodos indispensáveis em um estabelecimento dessa natureza, e que no lugar que havia servido de catacumba aos Religiosos do Carmo se podia fazer uma mais própria e decente acomodação para a dita livraria: hei por bem revogando o Real Decreto de 27 de Junho, determinar que

nas ditas catacumbas se erija, e acomode a minha Real biblioteca e instrumentos de física e matemática, fazendo-se a custa da Real Fazenda toda despesa conducente ao arrançamento e manutenção do referido estabelecimento. (DECRETO 29 de outubro de 1810 apud CUNHA, 1981, p. 138)

Instalada a biblioteca na nova capital, a dinâmica das relações entre o poder e as bibliotecas seria retomada, como dantes. Doações e compras continuam a ser feitas, mesmo no período em que já havia se dado o retorno de João VI para Portugal, caso da biblioteca do conde da Barca, morto em 1817, arrematada em 1822, por ordem do regente, o príncipe Pedro. Numa de suas cartas mais longas, Marrocos comenta sobre boatos de retorno da realeza para Portugal, mas contrapõe a isso as melhorias que a biblioteca recebe. O ano é o de 1814, no qual o príncipe d. João franquearia a biblioteca ao público (MARROCOS, 1937, p. 188-189). Em nota, Lygia Cunha informa não conhecer documentação comprobatória dessa abertura, embora considere a citação válida (CUNHA, 1981, p. 141). Tornada pública, o acesso e os empréstimos são regulamentados por ofício, em 1821, segundo critérios determinados pelo príncipe, conforme a tradição. Dessa tradição e seus rituais, seria mais uma vez Marrocos que daria conta da permanência, ao reclamar do abuso cometido pelo militar inglês Strangford que, ao final de seus serviços à corte, levava para seu país os livros que lhe foram emprestados. Livros que Cipriano Ribeiro Freire estaria encarregado de recuperar, por ocasião de viagem a Inglaterra em 1816 (MARROCOS, 1937, p. 224 e 264).

Em 1821, acontece o retorno da corte para Portugal. Em 1822, a antiga colônia realiza sua independência política, com os dois reinos se separando. Ascende ao trono o antigo regente, Pedro I. Verificando-se ser ele um Bragança, contata-se que, apesar desse desmembramento, concretiza-se um projeto da diplomacia portuguesa de séculos: uma dinastia lusa governa dos dois lados do oceano. A importância da ruptura que uma separação política significa dá uma dimensão especial ao fato da manutenção da dinastia portuguesa à frente do império brasileiro e se espraia em diversas dimensões. Entre elas, os valores simbólicos. Entre eles, a importância dada à livraria. Dela seriam retirados não mais que os documentos da família real, os papéis administrativos e parte dos manuscritos portugueses. Tudo o mais permaneceria com o novo reino: os bens materiais e, principalmente, valores, ideários e visão de mundo de portugueses e de europeus, indissociáveis, apesar das adaptações que se projetavam para configurar a identidade diferenciada da nova nação (SILVA, 2000; MOTA, 2000, 197-238 e BARATA, 2007, p. 351-375). Nesse cenário, a biblioteca real se manteria funcionando na tradição lusitana. Ocupando posição próxima ao rei, dirigida diretamente desde o gabinete de seu ministro principal.

Exemplar dessa permanência do *modus operandi* simbólico seria a incorporação de bibliotecas de nomes da nobreza e da burguesia para ampliar o acervo da Real Biblioteca, por doação ou compra: coleções Francisco de Melo Franco, marquês de Santo Amaro, José Bonifácio de Andrada e Silva, Pedro de Angelis, Alexandre Melo de Moraes, barão Rodolfo de Vasconcelos, visconde de Rio Branco, José Rodolfo Marcondes do Amaral, Salvador de Mendonça (CUNHA, 1980).

Durante o longo reinado de d. Pedro II, a biblioteca mudaria de lugar uma vez, iria para a beira-mar, em frente ao Passeio Público. Com o projeto republicano, finalmente, ela encontra a atual monumentalidade, apontada no início desse ensaio.

CONTRAPONTO

Monumentalidade ancorada numa tradição que projeta valor sobre os documentos que as bibliotecas nacionais guardam, mas que está longe de se manter sem vicissitudes e riscos. Em 1945, Borba de Moraes, investido da função de dirigente da Biblioteca Nacional brasileira, denuncia a situação de abandono da instituição e de seu acervo, em relatório ao ministro da Educação e da Saúde:

A Biblioteca Real está praticamente perdida. Centenas de volumes foram tão atingidos pelo sol e pela chuva (houve e há goteiras no telhado do prédio) que estão transformados em “tijolos”. Há prateleiras inteiras de livros onde os volumes se colaram de tal maneira uns aos outros que é impossível separá-los. Centenas de volumes encadernados em maravilhosas encadernações armoriadas do século XVIII, de marroquim vermelho, douradas *au petit fer*, estão totalmente perdidas. Apenas algumas, embora desbotadas pelo sol, poderão ser restauradas. Não há (pelo menos não o encontramos) um único volume em estado razoável de conservação. Só uma pequena parte chegou a ser catalogada e que nunca foi limpa. Veio da Rua do Passeio em 1910 para o prédio atual, foi amontoada nos andares 5 e 6 do depósito de livros e aí está até hoje (MORAES, 1974, p. 94).

O relatório desmistifica a ideia de uma constância na centralidade e interesse pela Biblioteca, por parte dos poderes republicanos. Mantido em circulação restrita, quase na qualidade de censurado, o documento, deixa evidente que, naquele momento, o valor simbólico da instituição seria baixo.

Transformações e vicissitudes que, longe de destituir valor simbólico à instituição Biblioteca nas representações do mundo lusófono, ou luso-brasileiro, mostram uma permanência sua no âmbito desse mundo – disputas no campo social e econômico. É sobre essa presença que escrevem os textos dos pesquisadores apresentados, recuperados e relidos aqui. Presença e textos esquecidos nos discursos

hegemônicos na construção da memória dos livros no Ocidente. A historiografia, desde Marc Bloch, diz sobre as consequências das escolhas feitas por aqueles que escrevem sobre acontecimentos, documentos e monumentos em relação ao estabelecimento de uma devida complexidade aos objetos investigados (BLOCH, 2001). As bibliotecas nacionais e públicas estão entre esses objetos complexos, monumentos para onde confluem documentos e monumentos da memória, sua própria, inclusive, estejam onde estiverem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARATA, Alexandre Mansur. Constitucionalismo e sociabilidade na cidade do Rio de Janeiro (1822-1823): a Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz e o projeto de Constituição para o Império do Brasil. In: CARVALHO, José Murilo (org.). *Nação e cidadania no Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 351-375.
- BARATIN, Marc & JACOB, Christian. *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2000.
- BLOCH, Marc. A história, os homens e o tempo. In: _____. *Apologia da história, ou, o ofício do historiador*. Pref. Jacques Le Goff. Pref. Lilia Moritz Schwarcz. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1990.
- _____. *Les règles d'art: genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Seuil, 1992.
- BURY, Richard. *Philobiblon*. Tradução, apresentação e glossário Marcello Rollember. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.
- CARDOSO, Rafael (org.). *Impresso no Brasil 1808-1930; destaques da história gráfica no acervo da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Verso Brasil, 2009.
- CARTAS para d. Luís da Cunha e para o conde de Tarouca. [Arquivo da Torre do Tombo. V. 151, maço 47 (1723-25).] In: FERREIRA, Carlos Alberto. A livraria real portuguesa. *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal*, vol. I. Lisboa, p. 187-208, 1958.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2 ed. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Revisão técnica Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- CHANDEIGNE, Michel. *Lisboa ultramarina: a invenção do mundo pelos portugueses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural, entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- CUNHA, Lygia Fernandes da. O acervo da Biblioteca Nacional. *BRASIL 1900-1910*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1980, p. 143-167.
- D. JOÃO VI e a Biblioteca Nacional: um legado em papel. Curadoria e textos Ismênia de Lima Martins, Vitor Manoel Marques da Fonseca. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2008.
- DAMIEN, Robert. *Bibliothèque et État: naissance d'une raison politique dans la France du XVII^e siècle*. Paris: PUF, 1995.

- DECRETO 29 de outubro de 1810. In: CUNHA, Lygia Fernandes da. Subsídios para a história da Biblioteca Nacional. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 101, p. 123-145, 1981.
- DECRETO nº 7.748, de 06 de junho de 2012. Aprova o estatuto e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas da Fundação Biblioteca Nacional. DOU, ano CXLIX, 08/06/2012.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2009.
- DOMINGOS, Manuela D. Para a história da Biblioteca da Real Mesa Censória. *Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, S.2,7 (1), p. 137-158, jan.-jun. 1992.
- _____. Biblioteca das bibliotecas: a gênese da Biblioteca Pública no pensamento de Cenáculo. In: VAZ, Francisco & CALIXTO, José Antônio. *Frei Manuel do Cenáculo, construtor de bibliotecas*. Évora: Caleidoscópio, 2006, p. 23-45.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do estado e civilização*. Trad. R. Jungmann. Revisão, apresentação e notas Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. Vol. 2.
- _____. *A sociedade da corte: investigação sobre a sociedade da realeza e da aristocracia da corte*. Trad. Pedro Süssekind. Pref. Roger Chartier. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- FERREIRA, Carlos Alberto. As livrarias reais de d. João IV a d. João VI. In: CONGRESSO do mundo português. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários, 1940. Vol. 7, t. 2.
- _____. A livraria real portuguesa. *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal*. Lisboa: Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos, 1958, p. 187-208.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes, 1971.
- GARCIA, Rodolfo. Explicação. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 56, p. 5-25, 1934 (impresso em 1939).
- GRAFTON, Anthony. Como criar uma biblioteca humanista: o caso de Ferrara. In: BARATTIN, M.; JACOB, C. *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2000, p. 169-181.
- IRIA, Alberto. As livrarias portuguesas: “Manuscritos e cimélios das livrarias reais desde D. Afonso Henriques a D. Manuel II”, obra inédita de Carlos Alberto Ferreira. *Anais da Academia Portuguesa da História*, Lisboa, s. 2, v. 33, p. 77-114, 1993.
- LYRA, Maria de Lourdes Vianna. *A utopia do poderoso império: Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.
- MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca lusitana historica, critica e cronologica*. Lisboa Occidental: António Isidoro da Fonseca, 1741-1759. 4 v.
- MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808 a 1821)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MARROCOS, L. Joaquim dos Santos. Carta 1 [12/04/1811]. *ANAIS da Biblioteca Nacional*. Vol. LVI, 1934. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1939, p. 29-30.
- _____. Carta 38 [7/01/1813]. Carta 65 [11/03/1814]. _____. 1937, p. 123 e p. 188-9.
- _____. Carta 81 [16/04/1815]. Carta 98 [23/02/1816]. _____. 1937, p. 224 e p. 264.

- MARTINS, Wilson. *A palavra escrita*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1996.
- MORAES, Rubens Borba de. Relatório do Diretor da Divisão de Preparação da Biblioteca Nacional ao Ministro da Educação e Saúde (março de 1945). *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v.2 (1), p. 94, jan./jun. 1974.
- MOTA, Carlos Guilherme. Ideias de Brasil: formação e problemas (1817-1850). In: ____ (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira*. 2. ed. São Paulo: Editora do SENAC, 2000, p. 197-238.
- RIBEIRO, José Silvestre. *Apontamentos históricos sobre bibliotecas portuguesas*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1914.
- SANÉ, Alexandre-Marie. [Introduction sur la littérature portugaise, avec des notes historiques, géographiques et littéraires]. In: NASCIMENTO, Francisco Manoel do (pseud. Filinto Elysio). *Poésie lyrique portugaise, ou Choix des odes de Francisco Manoel, traduites en français, avec le texte en regard, précédées d'une notice sur l'auteur et...*, par A.-M. Sané. Paris: Cérioux jeune, 1808.
- SCHWARTZ, Lilia. *A longa viagem da biblioteca dos reis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Projetos para o Brasil*. Organização de Míriam Dolnikoff. São Paulo: Publifolha e Companhia das Letras, 2000.
- SOUSA, Antonio Caetano de. *Historia genealógica da Casa Real Portuguesa desde a sua origem até o presente com as famílias ilustres que precedem dos reis e sereníssimos duques de Bragança, justificada com instrumentos e escritores de inviolável fé e oferecida a El Rey d. João V. T. VIII*. Lisboa: Oficina Régia da Academia Real, 1741.
- TURAZZI, Maria Inez. *Iconografia e patrimônio: o catálogo da exposição de história do Brasil e a fisionomia da nação*. Rio de Janeiro: FBN, 2009.
- VIEIRA, Antonio. *História do futuro*. Organização de José Carlos Brandi Aleixo. Brasília: Ed. UnB, 2005.
- WILCKEN, Patrick. *Império à deriva: a corte portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

Recebido em 17.07.2012

Aceito em 17.09.2012